

ESCOLA NOVA E JOHN DEWEY NA ARGUMENTAÇÃO DE AUTORES CATÓLICOS

NEW SCHOOL AND JOHN DEWEY IN THE CATHOLIC AUTHORS SPEECH

Marcus Vinicius da CUNHA*
Viviane da COSTA**

Resumo: O presente artigo versa sobre o discurso veiculado por seis obras de autores vinculados ao pensamento católico, publicadas no Brasil entre 1930 e 1960, as quais contêm argumentos críticos às propostas da Escola Nova e às concepções filosóficas, sociais e pedagógicas de John Dewey. O objetivo é elucidar as técnicas argumentativas utilizadas pelos autores, tomando por base a metodologia de análise oriunda de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, em *Tratado da argumentação: a nova retórica*, e de Stephen Toulmin, em *Os usos do argumento*.

Palavras-chave: Discurso educacional católico. Escola nova. John Dewey. Análise retórica.

Abstract: The present study analyses the educational speech through six works of catholic authors published in Brazil between 1930's and 60's during a time where the representatives of the Catholicism disputed with the liberals the dominion of the educational field. It shows the arguments of the catholic intellectuals in relation to the new pedagogical purposes and in particular of John Dewey's philosophical, social and pedagogic principles. Its aim is to show the strategic speech used by the authors to persuade the readers to practice the Catholic Pedagogy making sure, that way, the dominance of catholic ideas. This methodology is rhetorical analysis, based upon the works of the Chaïm Perelman and Lucie Olbrechts-Tyteca, *Traité de L'argumentation*, and Stephen Toulmin, *The uses of arguments*.

Keywords: Catholic educational speech. New school. John Dewey. Rhetorical analysis.

* Doutor em Educação pela USP, pesquisador do CNPq e professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP. mvcunha2@hotmail.com

** Mestre em Educação pela UNESP e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - UNESP. Bolsista CAPES. vidacosta@bol.com.br

A historiografia geralmente apresenta a educação brasileira nos anos de 1930 como marcada pelas disputas travadas entre católicos e liberais, fenômeno que se estendeu até a década de 1950, pelo menos (CURY, 1988; BUFFA, 1979). Ambos os grupos propunham reformas educacionais sob a ótica da nacionalidade, mas, para os intelectuais católicos, esse objetivo só poderia ser alcançado por meio de seus princípios religiosos (CARVALHO, 1998). Em busca do controle da educação, efetivaram uma ampla campanha de divulgação de suas idéias e de suas políticas, abordando também determinados aspectos do pensamento de seus rivais (CARVALHO, 1994).

Considerando esse contexto, em pesquisa anterior (CUNHA; COSTA, 2002) analisamos as matérias publicadas no periódico católico *A Ordem*, entre os anos de 1930 e 1934, com o objetivo de verificar a maneira pela qual foram apresentadas ao professorado as concepções educacionais renovadoras e, particularmente, o pensamento filosófico e educacional de John Dewey, pensador norte-americano, que exerceu poderosa influência no ideário dos liberais. Além de concepções marcadamente políticas e doutrinárias, *A Ordem* trazia posicionamentos relativos às ciências, em geral, e à psicologia, em particular, na área da educação. A crítica mais corrente, nesse aspecto, incidia sobre o behaviorismo, teoria psicológica su-

postamente adotada pelos escolanovistas, a qual, quando aplicada em associação com as idéias deweyanas, resultaria na condução da humanidade ao comunismo.

Tendo como pressuposto que o ideário da Escola Nova foi definido no confronto com os argumentos críticos dos católicos, em outro estudo (COSTA, 2005) buscamos aprofundar a análise, tomando como objeto seis obras vinculadas ao pensamento católico e voltadas para a formação do professorado, originalmente publicadas no Brasil nas décadas de 30, 40 e 50. São elas: *Ensaio da filosofia pedagógica*, de Frans De Hovre (1969); *Rumos da educação*, de Jacques Maritain (1966); *Noções de história da educação*, de Theobaldo Miranda Santos (1951); *A filosofia contemporânea*, de Leonardo Van Acker (1981); *A favor ou contra a educação nova?*, de Suzanne Marie Durand (1956) e *Filosofia da educação*, de John D. Redden e Francis A. Ryan (1973)¹.

A metodologia da referida pesquisa consistiu em analisar o discurso veiculado nessas obras e agrupar os argumentos que consideramos recorrentes, de maneira a obter formulações gerais que traduzissem o pensamento dos vários autores. Mediante esse recurso, foi possível obter enunciados que se encadeiam, dando forma a argumentos que são comuns em praticamente todas as obras, tomadas em

¹ As datas indicadas referem-se às edições que utilizamos para realizar a pesquisa.

conjunto, no que diz respeito às propostas escolanovistas e, sobretudo, ao pensamento de John Dewey.

No presente trabalho, tomaremos como ponto de partida esses enunciados, na qualidade de formações discursivas genéricas, uma vez que o espaço disponível não permitirá a exposição detalhada das idéias particulares de cada autor. Assim formalizados, os argumentos serão analisados por meio dos referenciais teórico-metodológicos propostos por Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2002), em *Tratado da argumentação*, e por Stephen Toulmin (2001), em *Os usos do argumento*, no intuito de compreender as estratégias discursivas empregadas pelos autores para persuadir seus leitores e encaminhá-los a práticas educacionais em consonância com os preceitos que consideravam corretos.

1 O ARGUMENTO ENTIMEMÁTICO

Um dos principais temas das obras analisadas é o da oposição entre a filosofia católica e a filosofia naturalista, bem como de suas respectivas conseqüências na educação. Para os autores, somente a filosofia católica é capaz de nortear a educação em busca do ideal democrático, razão pela qual apresentam seus posicionamentos filosóficos como os únicos dotados de princípios condutores da democracia.

A filosofia naturalista, por sua vez,

é tida como permeada por princípios equivocados, tanto no âmbito das ciências quanto da educação, do que são exemplares as propostas da Escola Nova. O naturalismo é visto como sustentado pela noção de que a verdade não é eterna nem imutável, cabendo exclusivamente à experiência e à razão julgar o verdadeiro e o falso. Assim, por substituir a verdade onipotente e absoluta pela idéia de natureza, o naturalismo comporta noções céticas e relativistas.

No que tange à educação, os autores entendem que as novas pedagogias são advindas da filosofia naturalista, do que decorrem determinadas conseqüências sociais. Sua principal crítica a seus adversários é centrada no laicismo: a ausência de princípios religiosos no currículo escolar acarreta a formação de uma sociedade totalitária e comunista.

O argumento expresso pelos vários autores é, invariavelmente, o seguinte: a filosofia que sustenta o escolanovismo diverge dos princípios católicos; tudo o que diverge dos princípios católicos incide em erro. O mesmo raciocínio vale para indicar os méritos da educação tradicional, tida como certa porque converge com a visão católica, pois tudo o que segue a visão católica é certo. Articulado na forma silogística, em que, de duas premissas, uma maior e outra menor, se obtém uma conclusão, esses argumentos podem ser assim apresentados:

Premissa maior – tudo o que dis-

corda da filosofia católica é errado.

Premissa menor – o naturalismo e a pedagogia nova discordam da filosofia católica.

Conclusão – então, o naturalismo e a pedagogia nova são errados.

e

Premissa maior – tudo o que concorda com a filosofia católica é certo.

Premissa menor – a pedagogia tradicional concorda com a filosofia católica.

Conclusão – então, a pedagogia tradicional é certa.

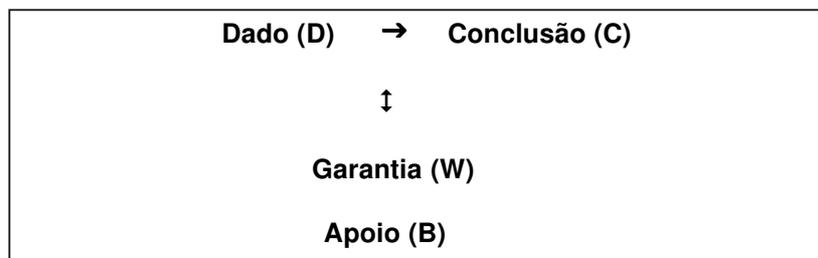
Nos livros pesquisados, as premissas menores e os enunciados conclusivos estão claramente expressos, mas o mesmo não se dá com as premissas maiores, que são as que, de fato, sustentam a conclusão dos raciocínios contrários ao naturalismo e ao escolanovismo, bem como a inferência favorável à pedagogia tradicional. Argumentos desse tipo são denominados entimemas, pois se baseiam nas características de um determinado auditório – neste caso, os leitores – sem precisar de maiores recursos de persuasão.

Construídos com base nos valores e nas práticas próprias de um auditório, os entimemas são demonstra-

ções cujas premissas não precisam ser enunciadas para favorecer a aceitação da conclusão, uma vez que o orador se apresenta como dotado de valores que os ouvintes reconhecem como reais e verdadeiros (WOLFF, 1993). Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) chamam os argumentos entimemáticos de quase-lógicos, pois extraem sua força persuasiva da aproximação com raciocínios compartilhados pelo auditório.

2 APETIÇÃO DE PRINCÍPIO

Todos os silogismos podem ser expressos na forma ampliada proposta por Toulmin (2001), segundo a qual as premissas menores são “dados” (D) que se apresentam sobre os objetos particulares, a respeito dos quais se deseja concluir alguma coisa; as premissas maiores são “garantias” (W), enunciados teóricos e doutrinários que permitem firmar os enunciados conclusivos. (C). Uma vez que as premissas maiores (W) não têm caráter empírico, mas sim hipotético, necessitam de “apoios” (B) factuais ou argumentativos, os quais geralmente estão implícitos no discurso.



Quadro 1 - *Layout* do argumento dos autores católicos.

Nos silogismos sobre o naturalismo e a pedagogia nova, acima apresentados, os “dados” (D) correspondem às proposições “o naturalismo e a pedagogia nova discordam da filosofia católica” e “a pedagogia tradicional concorda com a filosofia católica”; as garantias (W) são “todos os princípios que discordam da filosofia católica são errados” e “tudo o que concorda com a filosofia católica é certo”. São estas últimas que permitem enunciar as conclusões (C) “o naturalismo e a pedagogia nova são errados” e “a pedagogia tradicional é certa”. Em suma, (W) é o que garante (C), mas para que essa “garantia” seja válida é preciso haver algum tipo de “apoio” (B) pertencente ao campo em que opera o argumento.

No discurso exposto nas obras católicas analisadas, esse “apoio” não se faz presente, pois todas as distinções estabelecidas entre o certo e o errado repousam exclusivamente na afirmação das garantias (W). Esse modo de argumentar é chamado “petição de princípio” (COPI, 1978, p. 84),

uma falácia em que a verdade que se quer demonstrar, isto é, a conclusão do raciocínio, é adotada como premissa do próprio raciocínio. Seja no terreno da filosofia, seja no da pedagogia, a base dos julgamentos emitidos pelos autores analisados é a aceitação dos princípios católicos, o que é afirmado sem necessidade de discussão, pois se trata de algo supostamente aceito pelo auditório, uma vez que os livros tinham como público-alvo os adeptos do catolicismo.

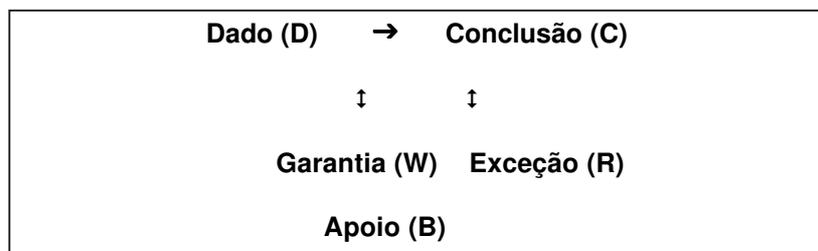
Uma proposição que aparece com certa frequência nos autores confirma o uso da petição de princípio: “a pedagogia nova pode ser aceita, em parte ou no todo, desde que dela sejam expurgadas as afirmações que contrariam os princípios católicos”. Isto quer dizer que uma mesma idéia, ora apresentada como incoerente e inaceitável, pode ser dada como válida e enriquecedora, desde que se torne concordante com a premissa maior que estabelece o valor dos princípios católicos.

No terreno da retórica, quando um argumento é regido pela petição de

princípio, o que está em jogo não é a verdade, mas sim a adesão do auditório à determinada tese. O emprego da petição de princípio, segundo explicam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 127), supõe a adesão prévia do interlocutor ao que o orador pretende transmitir. No caso em pauta, é isso que garante o sucesso do discurso dos católicos, pois os autores elaboram argumentos pautando-se nas crenças de seus leitores, isto é, na crença inabalável em Deus. Considerando tratar-se de um auditório formado por educadores católicos, a ênfase na premissa maior “tudo o que discorda da filosofia católica é errado” torna possível concluir pelo erro da pedagogia nova, que, por ser oriunda do naturalismo, diverge dos princípios dados como certos.

3A EXCEÇÃO À GARANTIA

A apresentação do enunciado “a pedagogia nova pode ser aceita mediante determinadas condições” permite que os autores argumentem sobre a possibilidade de acolher algumas técnicas da Escola Nova, sem se arriscarem a ver desqualificadas as suas críticas a esta mesma pedagogia. Essa ligeira mudança na apreciação dos adversários é possível devido à apresentação de certas “condições de exceção ou refutação da garantia” (TOULMIN, 2001, p.145), esquematicamente indicadas por (R), as quais permitem que a mesma premissa – a maior, já aceita pelo auditório – sustente uma conclusão diferente da anteriormente formulada. Quando um enunciado (R) é inserido no discurso, o orador fornece subsídios para que o auditório renuncie a determinado enunciado conclusivo, sem prejuízo do raciocínio.



Quadro 2 - *Layout* do argumento dos autores católicos, incluindo a exceção.

Assim, temos: (D) “a pedagogia nova discorda dos princípios católicos”; uma vez que (W) “tudo o que discorda dos princípios católicos é errado”, então (C) “a pedagogia nova é errada”; a menos que (R) renuncie ao que a faz incidir em erro, ou seja, “a menos que se identifique com os princípios católicos”. Sob essa condição, mas apenas sob essa condição, o enunciado conclusivo pode ser rejeitado.

Tal estratégia argumentativa é extremamente relevante, no momento histórico em que os livros foram publicados, uma vez que as novas metodologias de ensino propostas pela Escola Nova eram veiculadas como dispendo de amplo respaldo científico. A intenção da Igreja era reconquistar o domínio sobre a educação, mas não podia ser reconhecida pelo professorado como inteiramente contrária aos progressos científicos da modernidade. Por isso, os intelectuais católicos deviam admitir que determinadas inovações modernizantes defendidas pelos escolanovistas mereciam respeito, desde que não comprometessem a filosofia católica.

O problema, então, consiste em expor a aludida concordância, sem que isto aparente incoerência com o raciocínio anteriormente desenvolvido. A solução encontra-se justamente na estratégia de manter a afirmação que desqualifica as novas pedagogias e, ao mesmo tempo, salva essas mesmas pedagogias por meio do

enunciado de exceção. Desse modo, admite-se que os novos métodos pedagógicos são aceitáveis apenas quanto técnicas, sob a orientação hegemônica de finalidades contidas na filosofia católica. Alguns autores chegam mesmo a dizer que essas técnicas, na verdade, foram originalmente elaboradas por membros da Igreja e, só mais tarde, adotadas por pedagogos laicos.

4O ARGUMENTO DE PRESTÍGIO

Nesta mesma linha de pensamento que visa a não desconsiderar a importância dos avanços científicos, os autores destacam que a filosofia católica, bem como a sua pedagogia, também desfrutaram do apoio da ciência. Essa argumentação é necessária para evitar a impressão de haver eventuais incompatibilidades entre os princípios filosóficos católicos e os produtos da modernidade trazidos pela ciência, cujo valor dificilmente poderia ser negado.

Esse argumento difere sensivelmente dos anteriores porque não toma como ponto de partida um auditório particular formado por católicos, mas parece dirigido a leitores que não compartilham incondicionalmente da premissa “tudo e só o que resulta do catolicismo está certo”. Para se fazerem persuasivos perante esse auditório, os católicos precisam desfazer a aludida incompatibilidade entre ciência e religião, trazendo então à baila pensadores de reconhecida relevân-

cia na era contemporânea, os quais são mostrados como sendo emissores de opiniões concordantes com a visão católica.

Trata-se da técnica do “argumento de prestígio”, a qual, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 348), consiste em apresentar “atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese”. Por meio da exibição de pensadores contemporâneos prestigiados nas áreas da filosofia e da educação, os autores buscam sustentar suas afirmações na esfera de conceituada intelectualidade, pois a figura de pessoas reconhecidas no campo em que o auditório se localiza, e que, por sua vez, compartilha dos mesmos princípios, atribui valor aos argumentos por eles mesmos pronunciados.

5 A OMISSÃO DE APOIOS FACTUAIS

No que diz respeito especificamente a John Dewey, os autores o identificam como pertencente à corrente denominada pragmatismo, a qual, segundo analisam, deriva do naturalismo e é constituída por princípios inaceitáveis para qualquer adepto do catolicismo. O motivo dessa rejeição é que se trata de um pensamento que não considera valores eternos e absolutos, pregando a inexistência de conceitos fixos e verdades eternas, considerando todas as coisas como dotadas de uma natureza mutável, prá-

tica e material. No campo educacional, os pragmatistas, particularmente os deweyanos, são apresentados como defensores de uma educação exclusivamente voltada para os bens sociais e coletivos, âmbito no qual tudo é relativo. Alguns dos autores pesquisados enfatizam que esse modo de pensar favorece francamente a implantação de uma sociedade socialista.

O raciocínio dos autores é o mesmo já analisado acima, composto por uma premissa maior, “tudo o que discorda da filosofia católica é errado”; uma premissa menor, “o pragmatismo e a pedagogia nova discordam da filosofia católica”; e uma conclusão, “logo, o pragmatismo e a pedagogia estão errados”. Trata-se, igualmente, de uma formulação entimemática, por não enunciar a premissa maior, e também de uma petição de princípio, uma vez que a conclusão está contida em uma das premissas. Como já foi mostrado, a premissa maior, que atua como “garantia” da afirmação conclusiva, não é alicerçada em nenhum “apoio” factual ou argumentativo, sustentando-se tão-somente nas disposições do auditório.

Esta análise pode ser ampliada, tomando agora a premissa menor, “o pragmatismo e a pedagogia nova discordam da filosofia católica”, como conclusão de outro raciocínio, assim formulado, segundo o modelo de Toulmin (2001), apresentado acima:

(D) o pragmatismo e a pedagogia nova apresentam a característica X;

(W) tudo o que apresenta a característica X é discordante da filosofia católica;

(C) então, o pragmatismo e a pedagogia nova discordam da filosofia católica.

No discurso dos autores pesquisados, podemos identificar os seguintes enunciados representativos de X: “o pragmatismo é uma filosofia da ação que despreza as coisas espirituais”; “assim como o socialismo, o pragmatismo privilegia as exigências sociais em detrimento dos valores individuais”; “ambos, pragmatismo e socialismo, são nocivos à democracia e favoráveis ao estatismo”; “os princípios educacionais renovadores conduzem a humanidade à negação da existência de Deus e à anarquia social”. Em suma, são discordantes do catolicismo as filosofias que desprezam as coisas espirituais e valorizam as coisas materiais, em detrimento do indivíduo e da democracia, beneficiando o estatismo e a desordem social.

A “garantia” (W), entretanto, requer um “apoio” (B), a ser formulado como segue: “porque a filosofia católica possui o atributo Y, que é discordante de X”. Por oposição a X, podemos intuir que Y define a filosofia católica com os seguintes qualificativos: zelo pelas coisas espirituais, sem privilegiar os valores sociais em detrimento dos individuais, posicionando-se favoravelmente à democracia e contrariamente a práticas estatizantes e desordenadoras da sociedade.

O discurso dos autores afirma isso, mas apenas implicitamente, pois omite a exposição de fatos ou argumentos que comprovem o “apoio” da “garantia”. Esses fatos poderiam ser buscados na história das relações entre a Igreja e seus fiéis, bem como com o poder político em diferentes épocas, por exemplo. A Igreja poderia ser mostrada como uma instituição social que, ao longo de sua existência, sempre reivindicou e sustentou, por meio do ensino religioso e outros instrumentos, o bom equilíbrio entre indivíduo e sociedade, favorecendo a democracia e contrariando iniciativa, políticas estatizantes e anárquicas.

O recurso argumentativo que poderia ser apresentado é o da exemplificação por meio de situações concretas que dessem plausibilidade ao “apoio”. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 399-400), o exemplo é uma técnica que visa a fundamentar alguma estrutura do real que se quer legitimar, posicionando-se o orador frente a valores e concepções próprios de seu auditório, tomando o cuidado de não deixar a audiência perceber ou imaginar a existência de conflito entre as informações veiculadas e a realidade.

Assim, ao mesmo tempo em que pode viabilizar generalizações a favor de uma tese, essa técnica pode ser alvo de rejeição. Ainda segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 402), a recusa do exemplo, “seja porque é contrário à verdade histórica, seja porque é possível por razões

convincentes à generalização proposta”, pode enfraquecer a adesão pretendida, comprometendo a credibilidade do orador. A omissão de apoios factuais pelos autores que analisamos pode ter fundamento no desejo de evitar esse risco.

6 AS DEFINIÇÕES E A INÉRCIA DO AUDITÓRIO

Um recurso discursivo empregado de maneira recorrente pelos autores é a inserção de definições. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 241), as definições ora podem ser justificadas com a ajuda de argumentos, ora podem elas mesmas configurar-se como tal. No discurso dos autores, o termo “pragmatismo” é definido como “filosofia da ação”, princípio filosófico que prega a “substituição da inteligência pela ação”; que “tem a utilidade como único critério para determinar a verdade”; que “permeia a descrença nos valores eternos e absolutos da fé cristã”. O termo “experimentalismo”, por sua vez, também associado a John Dewey, recebe os seguintes significados: “ajustamento do indivíduo à sociedade em mudança” e “habituação da criança a práticas sociais disponíveis na sociedade”.

Essas definições, que fazem parte dos atributos X inaceitáveis para os católicos, são expostas de tal modo que tornam desnecessária a explanação de Y, que são os qualificativos do catolicismo. Isto se dá porque as de-

finições atuam, por si, como recursos argumentativos, permitindo que o orador estruture em seus ouvintes elementos interpretativos condizentes com seu objetivo. Percebe-se aqui a perspicácia dos autores ante seus leitores, pois mostram saber que, para cada auditório, “existe um conjunto de coisas admitidas que têm, todas, a possibilidade de influenciar-lhes as reações” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 131), constituindo um sistema de referência que serve de sustentáculo para as argumentações. Por isso, articulam sua estratégia argumentativa recorrendo às crenças e às estruturas de pensamento de seus leitores, supostamente adeptos da filosofia católica.

Toda argumentação supõe uma escolha prévia das melhores premissas e dos dados a serem apresentados, bem como uma avaliação das técnicas mais eficientes para enunciar raciocínios. Quando assim procede, o orador pode contar com a “inércia psíquica e social” de seus interlocutores, considerando “que a atitude adotada anteriormente pelo auditório – opinião expressa, conduta preferida – continuará, no futuro, seja por desejo e coerência, seja em virtude da força do hábito” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 119).

O que denominamos atributo Y na argumentação dos autores analisados é composto pelos valores inerentes à cultura católica, ou seja, atitudes, práticas e concepções vivenciadas no passado, ou mesmo no presente, pe-

los destinatários da mensagem. Esses valores, quando reverenciados pelo orador, tendem a fundamentar as concepções filosóficas e educacionais das teses apresentadas como legítimas, mesmo na ausência de apoios factuais ou argumentativos, como seriam os exemplos, conforme visto acima.

7A SUPERESTIMAÇÃO DE ARGUMENTOS

As críticas dos autores a John Dewey tomam eixo em sua vinculação à corrente filosófica do pragmatismo, mostrada como discordante da filosofia católica e oriunda do naturalismo, nos moldes acima indicados. Esse raciocínio torna-se uma plataforma de sustentação para uma série de outros predicativos acerca do pensamento deweyano, como “experimentalismo”, “behaviorismo”, “darwinismo”, “comunismo” e “ceticismo”. Em geral, o discurso dos autores não faz mais do que uma breve caracterização desses atributos, limitando-se a mostrar cada um deles como igualmente decorrentes da visão naturalista e, portanto contrários aos posicionamentos católicos fundamentados na crença em valores imutáveis.

O “experimentalismo”, por exemplo, é definido ora como sinônimo de verificação de pressupostos científicos e filosóficos, tendo a pretensão de analisar empiricamente postulados filosóficos, até mesmo os da religião, a fim de desqualificá-los; e ora como

conjunto de práticas sociais colocadas em ação por determinados grupos para promover a mudança da sociedade. De qualquer modo, o experimentalismo é caracterizado como uma “filosofia da mudança” que funde princípios do naturalismo, do evolucionismo e do behaviorismo, com conseqüências políticas contrárias à democracia e favoráveis ao comunismo. Trata-se, para os autores, de uma filosofia com nítida coloração cética, uma vez que renega todos os fins e valores que não sejam de natureza experimental e social, apregoando que a verdade só pode ser legitimada por meio de experimentos e comprovações científicas, o que exclui a religiosidade como critério de verdade.

Não é preciso mostrar, operativamente aqui a mesma premissa maior, a título de “garantia” de todos esses raciocínios, qual seja, o enunciado “todos os princípios discordantes do catolicismo são equivocados”. Conforme já foi comentado acima, tal proposição se apresenta de modo entimemático no discurso dos autores analisados, constituindo uma petição de princípio que visa a fundamentar uma só e mesma crítica, que surge de maneira recorrente, centrada na tese de que Dewey não compartilha da filosofia católica, estando, por este motivo, errado.

Os autores afirmam que o próprio Dewey, em algumas de suas obras, deixa explícita sua vinculação ao experimentalismo, ao behaviorismo e

ao darwinismo. Tais obras, porém, são mencionadas apenas de passagem, sem maiores análises, ficando a confirmação dos aludidos vínculos e a definição de cada um dos referidos termos alicerçadas somente nas declarações dos autores, ou seja, no prestígio que desfrutam perante seu auditório. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 201), esse modo de argumentar conta com a técnica das “figuras de comunhão”, a qual lança mão de referências comuns a uma cultura, uma tradição ou a um passado, para afiançar determinadas asserções.

Nesse raciocínio, apresenta-se também a estratégia da “super-estimação” de argumentos (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 529), que consiste em “estender os acordos particulares” já estabelecidos com o auditório, “sem que o interlocutor tenha dado sua adesão explícita”, de maneira a levar uma conclusão a ser “mais certa do que é”. Essa técnica, bem como a anteriormente mencionada, permite que os autores, ao alegarem que Dewey nega a verdade absoluta e os princípios dogmáticos da Igreja, consigam sustentar que o experimentalismo, o behaviorismo e o darwinismo compõem o mesmo quadro de equívocos do filósofo.

Em conjunto, essas técnicas consistem em associar uma afirmação demonstrada a uma série de afirmações não-demonstradas, com o objetivo de obter, para estas, o assentimento do auditório. Mediante um julgamento

prévio em benefício de suas teses, os autores conseguem obter o veredicto que almejam a respeito de enunciados sobre os quais a audiência ainda não tem opinião formada, contando certamente com a “inércia psíquica e social” de seus leitores.

8 O ARGUMENTO DA DIREÇÃO

Nesse tipo de discurso, está presente também uma técnica chamada “argumento da direção”, a qual, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 326), permite que uma mesma alegação sirva como sinalização preventiva contra outras. É o que fazem os autores quando afirmam que a filosofia pragmatista, por ser contrária à crença em Deus, é também cética e, portanto, contrária à democracia. Regidos pela premissa de que “somente uma filosofia que considere a existência de Deus é certa”, a qual é acompanhada por “todas as filosofias que não consideram a existência de Deus são incorretas”, os autores constroem no auditório uma disposição para considerar que tudo o que esteja associado ao pragmatismo seja visto como erro.

No discurso dos autores analisados, é assim que se elaboram os juízos acerca dos ideais educacionais da Escola Nova e de John Dewey, e também sobre as suas repercussões na ordem social. Noções de natureza filosófica são entrelaçadas com teses sociológicas e pedagógicas, associando o que consideram ser o experi-

mentalismo no campo científico com o experimentalismo no âmbito social, por exemplo, daí passando à noção de ceticismo, que aparece como uma visão de mundo que afeta todos os campos envolvidos. A totalidade dos qualificativos se tornam imediatamente negativos, desde que se compreenda e acate a base de todos eles, que é sempre a mesma: a ausência de sentimentos religiosos.

O emprego desse tipo de estratégia discursiva visa a impedir que o leitor vislumbre a possibilidade de articular “condições de exceção ou refutação” das conclusões.

Tomemos, como exemplo, o seguinte raciocínio, formulado com base no modelo de Toulmin, já exposto acima:

(D) a filosofia deweyana não toma a existência de Deus como critério de verdade;

(W) tomar Deus como critério de verdade permite atingir o ideal democrático;

(C) então, a filosofia de Dewey não permite atingir o ideal democrático;

(R) a menos que outras concepções de verdade permitam atingir a democracia.

Se articulada, a condição (R) lançaria dúvida sobre (C), retirando sua força conclusiva. Nota-se que a intenção dos autores não é essa, pois o que pretendem é que o auditório seja levado a acatar a idéia de que Dewey, chamado “filósofo da democracia”, elabora teorias que impedem o ideal democrático. O intuito é que essa idéia

seja aceita mesmo sem a apresentação de argumentos específicos acerca do que pretende demonstrar.

9 O “CERTAMENTE” AO INVÉS DO “POSSIVELMENTE”

Segundo Toulmin (2001, p. 145), a alegação conclusiva de um argumento se faz acompanhar por “qualificadores modais” (Q), cuja função é indicar a “força” com que se pode fazer a passagem do “dado” (D) à “conclusão” (C), por intermédio da “garantia” (W). Assim, de determinadas premissas podemos concluir que “certamente” decorre um determinado enunciado conclusivo, como podemos afirmar que a proposição final é delas “possivelmente” derivada. A escolha do qualificador modal depende dos “dados” apresentados e também da argumentação que sustenta a “garantia”, pois esta sempre possui um caráter hipotético.

Vejamos, por exemplo, o seguinte raciocínio:

(D) a filosofia deweyana não aceita Deus como critério de verdade;

(W) se a rejeição a Deus como critério de verdade impede a democracia;

(Q) então, possivelmente,

(C) a filosofia deweyana é contrária à democracia.

Nesse caso, a alegação (C) é “possível” porque depende de uma premissa garantidora (W) que pode não ser verdadeira, ou seja, que será considerada verdadeira apenas na medi-

da em que se fizer acompanhar de certos argumentos ou fatos, o que, como já vimos, se denomina “apoio” (B).

Segundo Toulmin, poucos são os argumentos cuja conclusão pode ser indiscutivelmente acompanhada pelo qualificador “certamente”, pois na maioria das vezes a “garantia” autoriza um passo meramente provisório dos “dados” à alegação conclusiva, uma passagem que só se dá “sob certas condições, com exceções ou qualificações”, tornando-se então mais adequado recorrer a qualificadores modais como “provavelmente” ou “presumivelmente”.

Nos autores aqui analisados, todos os raciocínios que dizem respeito à Escola Nova e às concepções deweyanas deveriam cercar-se dessa cautela argumentativa, uma vez que suas premissas carecem de explanação racional. Para ficar no exemplo dado acima, a “garantia” (W) de que a ausência de um critério de verdade pautado em Deus impede a democracia, é um caso de premissa que requer determinados “apoios” para se tornar plausível. Mas, por contarem com as disposições favoráveis de seu auditério, os autores parecem considerar desnecessário empregar o referido qualificador modal, enunciando então um discurso que tem implícito o advérbio “certamente” nas conclusões que apresentam.

10 A DISSOCIAÇÃO DE NOÇÕES

Por fim, destacamos que o discurs-

so dos autores analisados exibe uma outra técnica discursiva que visa a favorecer a persuasão, denominada “dissociação de noções” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 473). Trata-se de desenvolver o raciocínio por meio de conceitos opostos entre si, os quais são analisados por meio de um “par filosófico” que tem a forma “termo I – termo II”, cujo exemplo emblemático é “aparência – realidade”. O primeiro termo é sempre submetido ao segundo, o qual opera como critério de julgamento; evidenciando, nesse caso, que a “realidade” se sobrepõe a tudo o que seja identificado como “aparência”, termo que fica então associado à ilusão ou erro.

Os autores empregam vários conceitos colocados em oposição uns aos outros, como “pragmatismo x catolicismo”, “pedagogia tradicional x pedagogia nova” e “ceticismo x dogmatismo”. O par filosófico que rege o discurso dos autores acerca dessas oposições é “contingência – estabilidade”, pois tudo o que é relativo ao movimento do mundo e à transformação da sociedade, como pertinente à variabilidade e à instabilidade, em suma, como fazendo alusão ao reino da contingência, é julgado inferior, menos efetivo e menos certo do que os conceitos que remetem à ordem, ao que é fixo e estável.

O par “contingência – estabilidade” representa, no discurso dos autores, a superioridade da própria filosofia católica, bem como da pedago-

gia nela inspirada, expressão da verdade absoluta que, por definição, é imutável e intocada pelo erro. Os vários predicativos atribuídos à Escola Nova e a Dewey, vistos acima, são associados a um modo de ver o mundo, a sociedade e a educação que exprime consideração pelo que se transforma, pelo que se pode alterar mediante debate e participação, razão pela qual vão de encontro a dogmas. Sendo assim, contribuem para levar ao erro a humanidade e, em particular, os educadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas neste trabalho acerca do discurso dos autores católicos sobre a Escola Nova e o pensamento deweyano constituem uma tentativa de pôr em prática as concepções teórico-metodológicas desenvolvidas no Grupo de Pesquisa “Retórica e Argumentação na Pedagogia”, as quais se fundamentam nas formulações originárias de Chaïm Perelman e Stephen Toulmin, anteriormente indicadas. Trata-se de um modelo de investigação ainda em desenvolvimento, a ser implementado por outras contribuições oriundas da filosofia, em especial das que se filiam a uma nova interpretação do pensamento de Aristóteles, no âmbito do movimento iniciado na primeira metade do século XX.

Com este artigo, especificamente, esperamos ter contribuído para aumentar a compreensão do debate ha-

vido em torno do escolanovismo e das idéias de Dewey, cujas repercussões ainda hoje se fazem sentir, inclusive no Brasil. No que diz respeito à perspectiva de análise aqui adotada, cabe destacar que seu objetivo não é outro senão elucidar as estratégias argumentativas empregadas em obras dedicadas a debater temáticas educacionais. Consideramos que trabalhos como este podem auxiliar os leitores dessas obras a perceberem as técnicas discursivas que são utilizadas com o intuito de obter adesões a teses veiculadas no campo da educação.

Não incluímos entre nossas metas a emissão de juízos de valor sobre os discursos analisados, mas pretendemos, sim, mostrar que na forma dos raciocínios estão contidos fundamentos filosóficos e pretensões políticas, compondo um amplo quadro argumentativo. Nossa expectativa é que os leitores dos textos educacionais, os educadores e, especialmente, os estudantes tomem conhecimento das estratégias argumentativas a que são submetidos, para que se tornem cada vez mais qualificados para participar ativamente nos debates sobre a educação no mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

BUFFA, E. **Ideologias em conflito**: escola pública e escola privada. São Paulo: Cortez, 1979.

CARVALHO, M. M. C. Usos do impresso nas estratégias católicas de conforma-

ção do campo doutrinário da pedagogia: 1931-1935. **Cadernos Anped**, Belo Horizonte, n. 7, p. 41-60, dez. 1994.

_____. **Molde nacional e fôrma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação: 1924-1931. Bragança Paulista, SP: EDUSEF, 1998.

COPI, I. M. **Introdução à lógica**. 2. ed. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Mestre Jou, 1978.

COSTA, V. da. **Argumentos católicos contra John Dewey**: análise retórica do discurso de oposição à pedagogia nova. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2005.

CUNHA, M. V.; COSTA, V. John Dewey, um comunista na Escola Nova brasileira: a versão dos católicos na década de 1930. **História da Educação**, Pelotas, n. 12, p. 119-142, set. 2002.

CURY, C. R. J. **Ideologia e educação brasileira**: católicos e liberais. São Paulo: Cortez, 1988.

DE HOVRE, F. **Ensaio da filosofia pedagógica**. Tradução de Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. São Paulo: CEN, 1969. (Coleção Atualidades Pedagógicas)

DURAND, S. M. **A favor ou contra a educação nova?** Tradução de Maria Luisa Studart de Moraes e Teresa de Araujo Penna. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1956. (Coleção AEC)

MARITAIN, J. **Rumos da educação**. 4. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1966. (Coleção AEC)

PERELMAN, C. **Retóricas**. Tradução de Maria Ermantina G. G. Pereira. São Pau-

lo: Martins Fontes, 1999.

_____.; OLBRECHTES-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

REDDEN, J. D.; RYAN, F. A. **Filosofia da educação**. 5. ed. Tradução de Nair Fortes Abu-Merhy. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1973. (Coleção AEC)

SANTOS, T. M. **Noções de história da educação**. 3. ed. São Paulo: CEN, 1951. (Coleção Atualidades Pedagógicas).

TOULMIN, S. **Os usos do argumento**. Tradução de Reinaldo Guarany. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WOLFF, F. Trois technique de vérité dans la Grèce classique: Aristotele et l'argumentation. **Argumentation et Rhétorique I**, Paris/Fr, p. 41-71, 1993.

VAN ACKER, L. **A filosofia contemporânea**. São Paulo: Convívio, 1981.

Encaminhado em: 23/06/06

Aceito em: 06/10/06